

BOLETIM 787

Brasília, 13 de maio de 2019

Sindicatos ‘irritam’ Bolsonaro: “é a coisa que mais atrapalha o Brasil”, disse ele à Band

Jair Bolsonaro afirmou, em entrevista à Rádio Bandeirantes, neste domingo (12), que “a coisa que mais atrapalha o Brasil são os Sindicatos”. Ele diz isso porque pretende tirar direitos dos trabalhadores com sua proposta de desmonte da Previdência Social pública e os sindicatos e as centrais estão se unindo e não pretendem permitir o assalto aos direitos dos trabalhadores, pretendido pelo Planalto.

Ele usou a rádio para atacar os trabalhadores e suas entidades porque os sindicatos e as centrais sindicais não estão dispostos a tolerar que ele entregue as empresas e as riquezas do Brasil de mão beijada para as multinacionais, como ele pretende fazer – e já anunciou que vai fazer – como é o caso do megaleilão das áreas do pré-sal marcado para outubro.

Segundo Bolsonaro, a maioria dos sindicatos “legisla em causa própria”. É verdade. Os sindicatos realmente defendem a causa própria dos trabalhadores e não a sua política.

Queria que os sindicatos ficassem quietos diante do assalto de R\$ 1,2 trilhão que ele e Paulo Guedes querem fazer no INSS. Só que as mobilizações estão crescendo e a sociedade está cada vez mais contra a sua proposta. Pesquisa do IBOPE, divulgada esta semana mostra que apenas



6% dos entrevistados apoiam a elevação da idade de aposentadoria para 65 anos.

Exatamente porque as entidades não estão caladas é que ele as ataca e quer cortar os seus recursos, como anunciou na entrevista deste domingo.

Os recursos que Paulo Guedes diz que vai “economizar” com sua “reforma” da Previdência é exatamente o que ele pretende cortar de direitos e aposentadorias. Elevar a idade de aposentadoria para 65 anos faz parte do plano do governo de fazer o trabalhador brasileiro morrer antes de se aposentar.

Do total de R\$ 1,2 trilhão que eles querem tirar da Previdência, 90% será subtraído das aposentadorias de quem ganha até 2 salários mínimos. O governo pretende também imitar o sistema de aposentadoria do Chile, que faliu e que está levando os aposentados daquele país à miséria e aos recordes de suicídio.

Ele pretende estrangular as finanças dos sindicatos tentando impedir o desconto em folha do imposto sindical, para parar a mobilização. “O imposto sindical, se o trabalhador optar pelo pagamento via boleto bancário tudo bem, mas não com um desconto automático no contracheque”, disse ele, na entrevista.

Fonte: Portal HP

Audiência debaterá MPs que atingem beneficiários da Previdência e sindicatos

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta terça-feira (14) para debater a Medida Provisória 871/19, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade; e a Medida Provisória 873/19, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), autor do requerimento para realização da audiência, afirma que as duas MPs editadas pelo governo federal trazem “forte impacto para a vida dos trabalhadores, aposentados, beneficiários da Previdência e das organizações sindicais brasileiras”.

Foram convidados para o debate:

– o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas; o presidente da Força Sindical, Miguel Torres; o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo; o presidente da União Geral de Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; representante do Conlutas - Central Sindical e Popular (CSP), Luiz Carlos Prates; o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos; o secretário-geral da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, Edson Carneiro da Silva; o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Neto; e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Aristides Veras dos Santos.

Também foram convidados representantes do Ministério da Economia e da Casa Civil.

Fonte: Agência Câmara

Bolsonaro e Guedes querem acabar com abono salarial em cinco estados

A dupla Jair Bolsonaro-Paulo Guedes quer acabar com o pagamento do abono salarial em cinco estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O benefício é pago a trabalhadores de baixa renda e é uma espécie de 14º salário. Pelas regras atuais, têm direito ao abono trabalhadores com carteira assinada que recebem até dois salários mínimos (R\$ 1,9 mil) por mês.

Reportagem dos jornalistas Thiago Resende e Angela Boldrini na Folha de S.Paulo informa que pela proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro e Guedes, o critério da renda mensal será alterado para um salário mínimo. Isto reduzirá o número de trabalhadores que podem sacar o benefício.

"Em cinco estados do país vigora um piso mais alto do que o nacional. É vedado um patrão contratar um empregado em São Paulo, por exemplo, por menos de R\$ 1,1 mil mensais. Dependendo da categoria, esse mínimo é até mais elevado", indica a reportagem.

O Ministério da Economia propõe que a referência para ter direito ao abono é o piso nacional (R\$ 998).

Fonte: Brasil247



DIAP: Se governo não negociar, decreto das armas será derrubado

O Decreto 9.785 do presidente Jair Bolsonaro, que facilita o porte e pode colocar armas nas mãos de 19 milhões de pessoas, será derrubado no Congresso Nacional se não for modificado. “O presidente extrapolou. O decreto não se sustenta com o conteúdo atual. E o Rodrigo Maia (presidente da Câmara) quer convencer o Executivo, mostrar as inconstitucionalidades. Em resumo, se o governo não modificar, o Congresso vai derrubar”, afirma o analista político Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Como um gesto de que quer dialogar, o governo poderia reeditar o texto, reduzindo seu escopo, por exemplo em relação às categorias que abrange. O decreto permite o porte de armas letais de uso exclusivo das Forças Armadas, e amplia as categorias que podem transportar armas de fogo, como jornalistas e políticos. Mesmo menores de 18 anos passam a poder praticar tiro esportivo, se autorizados pelos pais ou responsáveis.

Rodrigo Maia (DEM-RJ) já apontou para “algumas inconstitucionalidades” do decreto. “Sem dúvida nenhuma, aquilo que for inconstitucional do decreto de armas, ou vamos dialogar com o governo

ou vou ter que votar um dos oito ou nove projetos de decreto legislativo”, afirmou na quinta-feira (9). Maia foi claro ao dizer que o decreto “entrou nas atribuições do Congresso Nacional”.

Um dos projetos de decreto legislativo em tramitação, propondo a derrubada do texto, é de autoria do deputado Helder Salomão (PT-ES).

Bolsonaro vai ter de se explicar - Nesta sexta-feira (10), a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu dar prazo de cinco dias para Bolsonaro explicar o decreto, em resposta à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 581, por meio da qual os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Fabiano Contarato (Rede-ES) contestam a medida.

Ambos os senadores também apresentaram projeto de decreto legislativo para suspender a medida do governo. “O presidente não poderia fazer isso sem consultar o Legislativo. É um ‘liberou geral’. O Brasil vai se transformar num faroeste. Nunca na história humana o ‘olho por olho, dente por dente’ resolveu alguma coisa”, disse Randolfe, à Agência Senado.

As inconstitucionalidades do texto são evidentes. Primeiro porque ofende um dos princípios fundamentais, talvez o maior, da Constituição. “Não se pode colocar o direito à propriedade acima do direito à vida”, diz Queiroz, do Diap. “Se o governo não reeditar ou revogar o atual e fizer um novo, ou o Congresso revoga, ou uma decisão judicial derruba.”

Outro argumento é que um decreto não pode modificar a lei, no caso, o Estatuto do Desarmamento. Como signatária do PDL que tem o objetivo de derrubar a medida, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) diz que ele “desconsidera a vida, por isso nós chamamos de ‘decreto da morte’”. Segundo ela, trata-se de “um decreto psicopata”.

Fonte: Rede Brasil Atual



Brasil se mobiliza contra cortes e ataques às universidades

A edição brasileira do jornal El País publica nesta segunda-feira reportagem da jornalista Naiara Galarraga sobre a ampla mobilização social que se espalha por todo o país contra os cortes e ataques do governo Bolsonaro às universidades.

No alvo de uma brutal ofensiva que tem acentuado caráter antidemocrático, a comunidade universitária do país - estudantes, professores e reitores - protestam de variadas formas contra os cortes de verbas destinadas às universidades públicas.

As duas últimas semanas foram marcadas por manifestações. Nesta quarta-feira (15), ocorre o Dia Nacional de Luta, em que estudantes e professores estão convocados a sair às ruas em defesa das universidades.

"Foi neste panorama já polarizado que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, resolveu usar uma retórica ainda mais belicosa contra as instituições para anunciar os cortes. Foi o que ajudou a tirar as cientistas do laboratório. Foi o ingrediente que faltava para unir o mal-estar no

setor, onde os professores de todos os níveis já se mobilizavam contra as mudanças prometidas na reforma da Previdência. Agora, a convocatória nacional da categoria contra alterações nas aposentadorias, prevista para a quarta-feira dia 15, ganhou o reforço da UNE (União Nacional dos Estudantes)", diz a reportagem.

Fonte: Brasil247

Inflação para famílias com renda mais baixa registra 0,6% em abril

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para famílias com renda até cinco salários mínimos, ficou em 0,6% em abril deste ano. A taxa ficou abaixo do 0,77% do INPC de março, mas acima de 0,21% de abril do ano passado.

Segundo dados divulgados sexta (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o INPC de abril também ficou acima do IPCA, que mede a inflação oficial e que registrou taxa de 0,57% no mês.

O INPC acumula taxas de 2,29% no ano e de 5,07% em 12 meses, também acima das taxas registradas pelo IPCA nos períodos: 2,09% e 4,94%, respectivamente.

Os produtos alimentícios tiveram alta de 0,64% em abril, enquanto os não alimentícios tiveram inflação de 0,58% no período.

Fonte: Agência Brasil



Bolsonaro diz que governo vai corrigir tabela do Imposto de Renda

O presidente Jair Bolsonaro disse neste domingo (12) que o governo vai fazer a correção na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física para o ano que vem. Em entrevista à Rádio Bandeirantes, Bolsonaro afirmou que orientou o ministro da Economia, Paulo Guedes, que a tabela do IR deve ser corrigida “no mínimo” com a inflação. O governo também estuda aumentar os limites de deduções.

A defasagem na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) chega a 95,46%, divulgou o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) em janeiro. O levantamento foi feito com base na diferença entre a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada de 1996 a 2018 e as correções da tabela no mesmo período.

Desde 2015, a tabela do Imposto de Renda não sofre alterações. De 1996 a 2014, a tabela foi corrigida em 109,63%. O IPCA acumulado, no entanto, está em 309,74%. De acordo com o Sindifisco Nacional, a falta de correção na tabela prejudica principalmente os contribuintes de menor renda, que estariam na faixa de isenção, mas são tributados em 7,5% por causa da defasagem.

Sergio Moro no STF - Na entrevista, Bolsonaro também disse que pretende indicar o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, para a próxima vaga que for aberta no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o presidente, Moro tem “qualificação” para ser ministro da Corte Suprema.

Durante o mandato de quatro anos, Bolsonaro poderá fazer duas indicações ao Supremo.

A próxima vaga será aberta em 2020, quando o ministro Celso de Mello completará 75 anos e deve ser aposentado compulsoriamente. No ano seguinte, será a vez do ministro Marco Aurélio deixar a Corte.

Reformas - O presidente da República voltou a defender a necessidade da reforma da Previdência, que, atualmente está sob análise em uma comissão especial na Câmara dos Deputados. “Acredito que a maioria dos parlamentares vai nos dar o devido apoio por ocasião dessa reforma que precisa ser feita. É como uma vacina, né? Tem que dar a vacina no moleque, senão ele pode ter um problema mais grave lá na frente. A grande vacina no momento é a nova Previdência”. E acrescentou: “Com uma boa reforma previdenciária agora, vamos ter folga de caixa para atender às necessidades básicas da população brasileira”.

Sobre a medida provisória da reforma administrativa, que deverá ser apreciada esta semana no plenário da Câmara, o presidente disse não acreditar que o Congresso vá deixar caducar a medida, que foi modificada em uma comissão mista na semana passada. Para não expirar, o texto de conversão da medida provisória precisa ter a votação concluída nas duas Casas até o dia 3 de junho.

Entre principais mudanças, a comissão mista decidiu tirar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça e Segurança Pública e transferi-lo para o Ministério da Economia. Outra mudança proposta foi desmembrar o Ministério do Desenvolvimento Regional, trazendo de volta os ministérios das Cidades e da Integração Nacional.

Fonte: Agência Brasil



Governo tenta, mas não consegue descaracterizar acidente de trajeto

Aprovado na última quinta-feira (9) em comissão mista no Congresso, o relatório sobre a Medida Provisória (MP) 871 acabou retirando um item que já provocava bastante polêmica: a descaracterização dos acidentes ocorridos no trajeto casa-trabalho como acidentes de trabalho. Para tentar um acordo, o relator, deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), acatou 120 emendas, de um total de 578, e retirou o dispositivo que isentava o empregador de responsabilidade em acidentes ocorridos durante o percurso.

A iniciativa do governo provocou protestos de sindicalistas e especialistas em saúde do trabalho. "É mais uma tentativa de tirar responsabilidade do empregador e direito do trabalhador", resume Carlos Damarindo, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. "É um pleito antigo das empresas", observa.

Atualmente, quem sofre acidente indo de casa para o trabalho, ou no sentido contrário, e necessita de afastamento recebe um benefício, o chamado auxílio-doença acidentário. O funcionário continua tendo direito ao FGTS e garante estabilidade de 12 meses após o retorno ao serviço.

"Descaracterizar os acidentes que ocorrem no percurso da residência até o local de trabalho e vice-versa como sendo acidentes de trabalho, com o argumento de não ser tempo à disposição do empregador, além de ser um contrassenso, uma vez que que essas horas de locomoção já representam um dispêndio da força de trabalho da classe trabalhadora para quem a paga um salário, representa vulnerabilizá-la ainda mais, colocando-a num limbo da proteção social no Brasil, já tão

fragilizada", critica Daniele Correia, técnica do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat).

"Cabe a pergunta: se não é responsabilidade do empregador, será responsabilidade de quem? Do Estado brasileiro? Um Estado que tardiamente criou um sistema de seguridade social que completou apenas três décadas e, de forma inconclusa, vai se responsabilizar de que forma?", questiona Daniele.

Para ela, não faz sentido a argumentação governista de que era preciso "adaptar" a legislação previdenciária às mudanças na lei trabalhista. "A contrarreforma trabalhista por si só não faz nenhum sentido para os interesses da classe trabalhadora. Ela vai na contramão dos direitos sociais duramente conquistados, que já tinham seu limites, por nunca resolver os conflitos entre capital versus trabalho. Agora, descaracterizar também na legislação previdenciária indica claramente a opção política, o projeto de sociedade que estamos sendo impelidos a vivenciar."

A MP do pretenso "pente-fino" na Previdência segue agora para o plenário da Câmara. Aprovada, vai para o Senado.

Fonte: Rede Brasil Atual

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS